

Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de 2026, às dezenove horas e sete minutos (19h07), em ambiente virtual, por meio da plataforma Google Meet, teve início a Sessão Plenária Ordinária do Fórum Municipal Permanente de Educação de Belo Horizonte (FMPE-BH), com a seguinte pauta: a) Informes; b) Ofício FEPEMG nº 48/2026; c) Questionário. Registraram presença os membros: Cláudia Neves San Miguel, Daise Aparecida Palhares Diniz Silva, Fernanda Araújo Porto de Miranda, Galdina de Souza Arrais, Ivonice Maria da Rocha, Shirlei Lopes da Silva, Lucas Ferreira Pedro dos Santos, Maria da Conceição Pinto Vieira, Maria Virgínia Morais Garcia, Simone Esterlina de Almeida Miranda, Stael Maria Gomes, Talita Barcelos Silva Lacerda, Talita Vitorino Araújo Silva e Vera Lúcia Otto Diniz. A Secretaria Executiva foi representada por Alex Corradi. Justificaram a ausência os membros José Carlos Areas e Rui Cesar Rezende. A reunião foi iniciada pela Coordenadora Shirlei Lopes da Silva, que se apresentou e disse já conhecer algumas pessoas do encontro presencial do ano passado. Explicou que assumiu a função no Fórum em novembro do ano anterior, portanto há pouco tempo está neste lugar. Informou que atualmente ocupa a vice-diretoria do Centro de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação (CAPE), da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte (SMED/BH). Na sequência, apresentou a pauta: 1) Informes; 2) Ofício do Fórum Estadual Permanente de Educação de Minas Gerais (FEPEMG); 3) Questionário. Sobre este último ponto, disse que, quando assumiu a coordenação do FMPE-BH, as pessoas já estavam trabalhando nele. Questionou como serão os encaminhamentos, se haverá continuidade e quais outros pontos em relação à educação do município serão tratados. Informes - A Coordenadora informou que passaria aos informes acerca de ações da SMED/BH e, em seguida, abriria espaço para quem tivesse outros informes. Shirlei informou ainda que Galdina de Souza Arrais havia solicitado um ponto de pauta, o qual seria socializado com o coletivo após os informes. O primeiro informe tratou da questão do cadastro escolar, sobre a qual as pessoas mobilizaram-se no grupo de WhatsApp para saber o que estava acontecendo. A Coordenadora disse que apurou junto à SMED que as interrupções decorreram de problemas de infraestrutura da Prodabel no atendimento. Contextualizou que a comunidade escolar tem vivenciado desafios em relação ao cadastro, os quais não são novidade. Comentou que a pandemia agravou a situação, mas as dificuldades já existiam, especialmente a partir de 2018, com o fim do sistema de colaboração entre a SMED/BH e a SEE/MG. Após o rompimento do cadastro conjunto, Belo Horizonte construiu e passou a utilizar plataforma própria, o que, junto com a informatização do processo, trouxe os desafios ora colocados, principalmente os de conectividade das escolas e das famílias – desafio que a pandemia escancarou ainda mais. Shirlei avaliou que esse desafio persiste para Belo Horizonte. Além disso, ponderou que, cada vez que se avança no número de atendimentos, avolumam-se os problemas que não dependem apenas da Secretaria, mas também da infraestrutura tecnológica da Prodabel, autarquia responsável pela tramitação e armazenamento de dados na cidade. Em outro informe, Shirlei, comunicou aos membros do fórum a respeito de uma demanda do coletivo de ambulantes que trabalharam no Carnaval: o pedido de um local para que os filhos desses ambulantes cadastrados pudessem ficar e ter

garantia de recreação. Ela comentou que não viu ninguém abordar esse assunto no grupo do Fórum. Comunicou que a Prefeitura disponibilizou, como experiência, o atendimento às pessoas cadastradas, o qual foi visto como positivo, inclusive pelas famílias contempladas. Embora tenha havido alguns problemas relacionados à faixa etária das crianças atendidas, são necessários alguns ajustes para o próximo período de Carnaval, a fim de melhorar essa política de atendimento. Em aparte, Galdina de Souza Arrais passou a contextualizar a Conferência Estadual de Educação de Minas Gerais em sua etapa territorial. Em breve síntese, registra-se: a) Histórico de participação ativa: Belo Horizonte tem participado de todas as últimas Conferências Estaduais e Nacionais de Educação, com envolvimento direto da coordenação; a cidade é extremamente ativa nessas etapas. b) Especificidade de Belo Horizonte nas conferências: devido ao seu porte e por ser a capital, Belo Horizonte não se integra às conferências territoriais do interior de Minas Gerais. A etapa municipal da capital é, por si só, considerada uma etapa territorial, em razão da extensão e do volume de participantes. Por isso, os delegados eleitos em Belo Horizonte seguem diretamente para a Conferência Estadual, sem passar por etapas territoriais intermediárias. c) Realização de etapas municipais virtuais: as duas últimas etapas municipais da Conferência Estadual foram realizadas de forma virtual, com toda a documentação (incluindo o documento referência), garantindo a eleição de delegados para as etapas estadual e nacional, além da Conferência Extraordinária convocada pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. d) Necessidade de organizar a próxima etapa territorial da CEE/MG em Belo Horizonte: a etapa de Belo Horizonte está destacada no regimento apresentado pelo FEPEMG e já tem data definida; sob esse viés, é necessário propor discussão sobre o assunto no âmbito deste Fórum, visando dar início aos preparativos da conferência. e) Esclarecimento sobre o fluxo de delegados: Belo Horizonte elege seus delegados na etapa territorial, por todas as especificidades explicadas, e os encaminha diretamente à Conferência Estadual, conforme o regimento aprovado pelo FEPEMG. f) Referência ao regimento da Conferência Estadual: o documento em questão já foi aprovado e estabelece as regras para a realização da conferência em suas etapas, sejam municipais ou territoriais, com destaque para Belo Horizonte, que promove sua conferência em etapa territorial. Galdina de Souza Arrais reforçou a tradição da participação de Belo Horizonte nas conferências de educação, respeitando as particularidades da capital e garantindo a continuidade do processo democrático de construção das políticas educacionais. De volta à fala, a Coordenadora Shirlei Lopes da Silva disse aos membros presentes que a secretaria executiva do FMPE-BH iria compartilhar o Regimento e o documento de referência elaborado pela comissão constituída no FEPEMG, responsável pela organização da conferência. Informou que já tomou providências e oficiou a SMED/BH sobre a realização da CEE/MG – etapa territorial de Belo Horizonte. O documento cita o regime de cooperação necessário à realização do evento; houve reiteração da cobrança de resposta e aguarda-se retorno da Secretaria de Educação. Na sequência, a Coordenadora comunicou ao grupo que o FMPE-BH foi oficiado pela professora Analise de Jesus, coordenadora do FEPEMG, acerca da situação atual da garantia do direito à aprendizagem na Escola Municipal Paulo Mendes Campos. Shirlei disse que é preciso pensar em construir uma resposta ao ofício; ela própria encaminhou pedido de esclarecimentos à SMED, mas até o momento não há resposta da Secretaria. A Coordenadora mencionou que Talita Barcelos Silva Lacerda, membro deste Fórum e professora na E.M. Paulo Mendes Campos, presente à reunião, poderia ajudar com relato de como está a escola atualmente. Da fala de Talita, registra-se, em síntese: a) Contexto

inicial da situação na Escola Municipal Paulo Mendes Campos: a.1) Em outubro de 2025, a direção recebeu um comunicado sobre a criação de um anexo escolar em território do Morro do Papagaio, Vila Estrela e Vila Cava Mundo. a.2) A medida previa a separação dos alunos por territorialidade: os do Morro do Papagaio seriam deslocados para o anexo, enquanto os do Bairro de Lourdes continuariam na sede. a.3) Inicialmente, falou-se em municipalização, mas, diante da suspensão pelo STF, a justificativa mudou para "cessão de espaço". b) Do que se tem até o momento: b.1) Após pressão popular, a Diretoria Regional de Educação garantiu que não haveria divisão, mas a Secretaria Municipal de Educação criou uma nova escola, denominada "Escola das Infâncias", com registro no CNPJ e endereço formal na Rua Espírito Santo. b.2) Na prática, a nova escola funciona no mesmo endereço da Paulo Mendes Campos, caracterizando, segundo afirma Talita, um ato reprovável, uma formalidade fictícia. b.3) A divisão efetuada: a Escola das Infâncias passou a atender da educação infantil ao 5º ano, enquanto a Paulo Mendes Campos ficou com a etapa do 6º ano em diante. c) Irregularidade e falta de transparência: c.1) A justificativa oficial é que a Escola das Infâncias aguarda reforma no endereço registrado, mas não há obras em andamento. c.2) A comunidade percebe a medida como estratégia para, gradualmente, retirar a Escola Municipal Paulo Mendes Campos do espaço. d) Outro anexo imposto – Escola Dona Augusta: d.1) Paralelamente, foi estabelecido um anexo na Escola Dona Augusta, sem diálogo com a comunidade escolar, por determinação direta da Secretaria Municipal de Educação. e) Impactos na dinâmica escolar e na demanda de atendimento: e.1) A ampliação do atendimento por outra escola municipal na região tende a inviabilizar o fluxo natural de alunos da Escola Municipal Paulo Mendes Campos, especialmente aqueles egressos das comunidades do Morro do Papagaio e Vila Estrela. e.2) Há relatos de impedimentos para abertura de novas turmas, mesmo com demanda da comunidade, o que compromete o acesso à educação. f) Situação do prédio anexo na Floresta: f.1) A Escola Paulo Mendes administra outro imóvel, localizado no bairro Floresta, com recursos da Caixa Escolar (dinheiro público da educação). f.2) Desde 2021, o prédio é mantido pela escola, com pagamento de contas (luz, água) e funcionários custeados pela Secretaria Municipal, mas sem utilização pedagógica. f.3) Recentemente, identificou-se que o espaço está sendo ocupado por uma ONG, que se identifica por banner na fachada, mas a administração financeira e os custos continuam sob responsabilidade da escola. f.4) Em 2020, o prédio passou por reforma paga com recursos da Caixa Escolar, ou seja, dinheiro destinado à educação. g) Proposta de encaminhamento: g.1) Talita sugere que este colegiado emita uma nota ou parecer sobre as irregularidades na Escola Paulo Mendes Campos e no prédio da Floresta. g.2) Reforça que denúncias já estão sendo encaminhadas ao Ministério Público e ao Sindicato, e que a situação demanda posicionamento formal deste órgão colegiado. Finalmente, disse que havia ficado de esboçar um documento no final do ano passado, nesse sentido, e que o coletivo poderia fazê-lo agora. De volta à fala, a Coordenadora disse que temos o relato de um membro deste Fórum, mas sugere que, para uma resposta formal ao FEPEMG, aguarde-se a resposta da SMED, que foi provocada sobre os questionamentos – até o momento, aguarda-se retorno. Além disso, do relato acima, é preciso entender a questão de uma direção escolar ter dois CNPJs vinculados a ela. Afirma a Coordenadora que também necessita da resposta formal da SMED sobre a provocação, para que, no momento de emissão do parecer ou da nota, nós, enquanto membros do FMPE/BH, possamos nos resguardar e não incorrer em qualquer erro. Considera a Coordenadora que, após várias trocas de secretários e secretárias

de educação, a resposta formal precisa chegar para nos nortearmos e elaborarmos uma resposta. Outro ponto comentado pela Coordenadora é que as caixas escolares precisam de atualização em sua legislação, pois hoje temos uma nova lei. As caixas escolares, segundo informações, ainda operam em conformidade com a Lei 8.666, que, em seu entendimento, já foi revogada e substituída pela Lei 14.133. Essa situação episódica torna necessária a atualização legislativa para as caixas escolares. No uso da palavra, Sara Vitral Rezende questionou se as crianças das comunidades (Morro do Papagaio, Vila Estrela, Cava Mundo) estão sendo atendidas em outros prédios ou na mesma unidade. Foi informado que permanecem na mesma unidade. Então Sara propôs que, para uma apuração inicial, se parta da denúncia já existente e se oficie à Secretaria Municipal de Educação como forma de obter mais informações sobre a situação dos estudantes. Perguntou ainda se a denúncia já foi feita seguindo os passos adequados; caso ainda não tenha sido, sugere elaborar um ofício à SMED solicitando informações, como forma de obter formalmente uma resposta sobre o que vem acontecendo na E.M. Paulo Mendes Campos, já que a situação parece estranha. Em aparte, uma munícipe presente na reunião se manifestou, em síntese: a) sugere utilizar a ouvidoria da Câmara Municipal para enviar um pedido de informação, com o objetivo de averiguar os detalhes sobre a cessão do prédio da Paulo Mendes Campos; b) entende que a situação da cessão já deveria ter sido formalizada pela secretaria responsável, estabelecendo o fluxo adequado; c) entende que, em relação à Escola Paulo Mendes Campos, não se pode dar continuidade a um processo envolvendo um prédio que não atende sua finalidade original; d) indica que essas questões podem ser esclarecidas por meio do pedido de informação encaminhado à ouvidoria da CMBH. De volta à fala, a Coordenadora perguntou se há alguma outra consideração para que se passe aos encaminhamentos. Nesse momento, Daise A. Palhares Diniz Silva, no uso da palavra, manifestou-se. Disse ela que o Fórum de Educação Infantil já havia realizado reunião com uma representante da Secretaria Municipal de Educação (Arminda) para pontuar questões importantes, mas não obteve nenhum retorno até o momento. Diante da falta de resposta, propôs que o grupo avance, oficializando o questionamento por meio de instâncias formais, como o Fórum Municipal Permanente de Educação e o Conselho Municipal de Educação. Daise pensa que o questionamento deve ir além da educação infantil, abrangendo mudanças na educação de forma geral, que estão descaracterizando a escola. A crítica se estende à ausência total de retorno por parte da Secretaria, não apenas para o Fórum, mas também para diretoras de escola e outras instâncias, tornando qualquer diálogo inviável atualmente. Daise continuou, dizendo que as novas ações e propostas – como a implementação de OSCs para atendimento, mudanças na educação integral e no Projeto PAS (Psicólogos e Assistentes Sociais nas escolas) – são vistas como perigosas, pois criam instâncias pedagógicas paralelas que descaracterizam a escola. A ideia, portanto, é oficializar a demanda para o Conselho Municipal de Educação e para o Fórum Municipal Permanente, mas é fundamental que haja consulta prévia dessas duas instâncias com o grupo para alinhar o questionamento a ser feito à Secretaria de Educação. De volta à fala, a Coordenadora Shirlei disse ter entendido, então, que o encaminhamento é que o Fórum de Educação Infantil provoque este Fórum Permanente de Educação de Belo Horizonte e o Conselho Municipal de Educação de Belo Horizonte. Ela observou que a situação não tem sido muito diferente, pois encaminhamos alguns ofícios no ano passado e temos enfrentado desafios para obter retornos. Ponderou que entende ser necessário um esclarecimento da Secretaria sobre todas essas políticas que têm sido colocadas em

discussão. Daise esclareceu que o PAS começou com o trabalho do clima escolar, da relação família-escola. E, do ano passado para cá, ele voltou como uma equipe de educação inclusiva. Há falas que a assustam, como diretora e servidora, do tipo: "quem não concordar pode sair"; "se não estiver satisfeito, pode sair". E as direções que não acatarem as decisões devem ser denunciadas pelas meninas do PAS. Mas acatar o quê, se a conversa não está sendo com a gente? Não há diálogo nenhum sobre o PAS. O PAS saiu do âmbito da escola e responde diretamente à Secretaria. A direção não sabe de nada, a coordenação não sabe de nada. E temos de ficar apenas recebendo demandas urgentes. Portanto, o PAS já é essa instituição paralela à escola. E nessas OSCs, a proposta inclui: apoio, auxiliar de apoio, assistente administrativo, supervisor pedagógico, coordenador pedagógico e diretor pedagógico. O que se percebe, é que será constituída uma instância pedagógica paralela à escola. Todos com salário do magistério acrescido de porcentagem: 30%, 80%, 100%. É algo bizarro. Finaliza com questionamentos: como isso vai funcionar? Um diretor de OSC atuando com educação inclusiva e o diretor da escola? Está muito estranha essa proposta de credenciamento dessas OSCs. Ao retornar à fala, a Coordenadora manifestou que, em relação à CEE/MG, poderia deixar um combinado: uma vez que ainda não teve retorno da SMED para informar nesta reunião, havendo retorno, poderíamos convocar reunião extraordinária, caso exista algum posicionamento da SMED aos questionamentos já apresentados. A extraordinária seria para composição de comissão e andamentos da organização do evento. Em relação ao Ofício do FEPEMG sobre os questionamentos da Escola Paulo Mendes Campos, havendo retorno da Secretaria, nós o socializaremos com vocês. Shirlei comentou que pensa em dialogar com a comissão do FEPEMG e perguntou se Galdina Arraes saberia informar se haveria possibilidade de fazer a CEE/MG em formato menor, pois vê dificuldade em motivar as pessoas a participar por cinco dias. Galdina teve problemas de conexão, mas disse que conversaria com a professora Analise e a comissão do FEPEMG. Sobre o diálogo com a Secretaria, nós, enquanto Fórum, estamos tentando reconstruir um canal de comunicação. Historicamente, sempre mantivemos algum nível de diálogo, ainda que, por vezes, saíssemos insatisfeitos como diretores. O importante é que estávamos ali, debatendo e discutindo. Reforçamos que o pensamento é que o espaço seja de diálogo e gestão; precisamos construir essa possibilidade. Neste momento, a Coordenadora propôs que o Regimento da Conferência Estadual de Educação fosse socializado com o coletivo de membros. Avaliação da política de atendimento aos ambulantes no Carnaval – "Escola no Carnaval". Foi suscitada a avaliação da política pública para ambulantes durante o Carnaval, especificamente o programa apelidado de "Escola no Carnaval". Embora seja indiscutível a importância de as famílias poderem deixar seus filhos enquanto trabalham – especialmente em um contexto de falta de creches –, é preciso avaliar a qualidade do serviço ofertado. Foram apontados os seguintes problemas: a) contratações precárias, com monitores sem formação específica, o que descaracteriza o conceito de escola; b) falta de pagamento até o momento para esses profissionais, que receberam diárias muito baixas; c) atendimento restrito a poucas famílias. Nesse sentido, são sugestões: a) solicitar informações detalhadas à PBH sobre a execução do programa; b) refletir sobre a nomenclatura "escola", já que não se trata de educação formal, mas sim de uma ação de cuidado durante o Carnaval. A instituição escolar tem papel de escolarização e deve garantir um mínimo de qualidade, o que não se observou nesse caso concreto. Foi mencionado que há histórico semelhante no programa "Escola nas Férias", que utiliza monitores terceirizados e enfrenta questões análogas. A proposta é

levantar dados sobre a demanda, número de famílias atendidas e avaliações realizadas, para pensarmos em contribuições que possam qualificar essa iniciativa, que, apesar de problemática, pode vir a se tornar uma política pública mais estruturada. Shirlei disse, ao final, que poderia apurar os dados sobre esse programa para apresentação ao coletivo, de forma a contribuir na qualificação dessa iniciativa para atendimento às famílias trabalhadoras. Fernanda fez uma ponderação acerca da demanda histórica dos trabalhadores da coleta e limpeza, não só no Carnaval, mas também em outros eventos, por um espaço de cuidado para os filhos. Disse que acredita no diálogo com esses profissionais para entender suas demandas. Há relato de que durante o carnaval, foram disponibilizadas 150 vagas, mas nem todas preenchidas, e que houve interferência do Ministério Público e da Defensoria Especializada da Criança e do Adolescente devido a questões relacionadas à disponibilidade de um espaço para o atendimento dos menores. É fundamental pensar com cautela e avaliar a possibilidade de um espaço de cuidados durante o Carnaval, utilizando a estrutura escolar, mas com uma interface mais adequada. De volta à fala, a Coordenadora propôs reflexão sobre o papel da escola para além da escolarização. Em muitas comunidades, a escola é o único equipamento público presente. Exemplos como o da Escola Ponte, que funcionava das 6h às 22h, inclusive sábados e domingos, e articulava-se com a cultura, mostram como a escola pode ser um palco rico de possibilidades e um local de sobrevivência para muitos adolescentes. A escola é atravessada por demandas do território, e a articulação das políticas públicas – educação, saúde, assistência social e cultura – é essencial para encontrar caminhos mais efetivos. Dos questionamentos sobre a situação da Escola Municipal Poieint, esclareceu-se que ela não será fechada, mas passará por mudanças. O ensino fundamental será deslocado para uma nova unidade, mas os seguintes projetos permanecerão no local: a) turmas de EJA, devido à localização de fácil acesso para trabalhadores; b) programa Escola Integrada; c) Centro-Dia, um programa de média complexidade da Secretaria de Políticas Sociais para alta vulnerabilidade social; d) futuramente, está previsto um centro de treinamento (sujeito à aprovação da CMBH). Foi proposto pelo coletivo que se façam questionamentos sobre o cronograma da obra, a ampliação do atendimento (possibilidade de ofertar os quatro anos finais do fundamental) e a comunicação com a comunidade. Houve proposição de que o FMPE-BH oficie a SMED solicitando esclarecimentos sobre o andamento do processo e o impacto para os estudantes. Ato contínuo, levantou-se a importância de as instituições de representação social agirem de forma articulada para cobrar respostas do poder público sobre questões que extrapolam a esfera educacional. A escola não pode nem deve dar conta de tudo, mas pode promover articulações para qualificar o atendimento. Nesse contexto, discutiu-se a existência dos Núcleos Intersetoriais Regionalizados (NIR), espaços que reuniam educação, saúde, assistência e outras políticas para discutir casos complexos de estudantes em situação de violação de direitos. Relatos indicam que, embora tenham sido uma política importante e ativa em gestões passadas (com reuniões regionais e discussões consistentes), atualmente parecem desarticulados ou com funcionamento irregular. Houve registro de que algumas regionais ainda promovem reuniões virtuais, mas não com a mesma sistemática. A coordenação deste Fórum comprometeu-se a consultar a Diretoria de Políticas Intersetoriais para saber qual o status atual desses núcleos e, caso não existam mais, o que os substituiu para subsidiar o acompanhamento dos casos. Encerrados os debates, a reunião foi finalizada às 20h57, sendo esta ata lavrada por Alex Corradi, da Secretaria Executiva do FMPE-BH.